

‘Tibério’, do *Pantanal*, grava vídeo destacando a importância de participar do Mutirão “Direito a Ter Pai”

Iniciativa da Defensoria de Minas acontece em 62 unidades. Inscrições vão até 30 de setembro



[Clique aqui para ver o vídeo](#)

A divulgação do Mutirão “Direito a Ter Pai”, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), ganhou um reforço mais do que especial. O músico e ator Guito, que interpreta o Tibério na novela *Pantanal*, gravou um vídeo sobre a iniciativa. Na mensagem, Guito ressalta a importância do pai na criação de uma criança e faz um convite a todas e todos: “Vamos fomentar uma educação melhor para as crianças da próxima geração, que são quem vai cuidar da gente no futuro”.

[SAIBA + SOBRE O MUTIRÃO NA PÁG. 3](#)

Novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais iniciam curso preparatório para a carreira

[PÁGINA 2](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG promove audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos em aldeias indígenas no Vale do Mucuri

Mutirão atendeu Maxakalis com a participação da Unidade Teófilo Otoni, órgãos de Justiça locais e Funai



Defensoria Pública de Minas em Teófilo Otoni durante mobilização em aldeias Maxakalis: 52 audiências

[PÁGINA 4](#)

Audiência pública na Defensoria de Minas Gerais discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

Participantes relataram suas experiências e violências sofridas com a política de segregação imposta



A audiência foi conduzida pela defensora pública Ana Cláudia Storch e o defensor público Paulo Cesar Azevedo

[PÁGINAS 4 e 5](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Institucional [PÁGINA 2](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque • Deu na mídia [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 6](#)

- > Coordenadoria de Estágio [PÁGINA 6](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 7](#)
- > Inscrições Casamentos Comunitários [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

INSTITUCIONAL

Novas defensoras e defensores públicos de Minas Gerais iniciam curso preparatório para a carreira

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) deu início, na segunda-feira (29/8), ao 14º Curso de Orientação, Aperfeiçoamento e Preparação para as Atividades do Cargo da nona turma das defensoras e defensores públicos em estágio probatório, aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição. Os novos membros e membras foram empossados no dia 26 de agosto. O curso, que segue até o dia 16 de dezembro, é promovido por meio da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG).

Ao abrir a capacitação, a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, deu as boas-vindas aos novos colegas e apresentou as defensoras e defensores públicos-auxiliares que integram as assessorias Institucional e Jurídico-Institucional da Defensoria-Geral. Raquel da Costa Dias fez uma análise da situação político-institucional da Defensoria mineira, fornecendo um breve panorama do contexto atual e do fortalecimento da Instituição nos últimos anos. A defensora-geral ressaltou a credibilidade institucional decorrente do trabalho realizado pelas defensoras e defensores públicos e reafirmou o propósito de crescimento de forma enxuta, racional e com planejamento.

Também presente na abertura, o corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira destacou o viés prático do curso e o enfoque orientativo da Corregedoria-Geral da DPMG. Na sequência, foram feitas as apresentações das Assessorias Jurídico-Institucional e Institucional, além da chefia de Gabinete e da Esdep. A capacitação continuou na parte da tarde com apresentações da Subdefensoria Pública-Geral; das assessorias de Planejamento e Infraestrutura, de Administração Estratégica e Inovação; e da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias.

A programação inclui, ao longo do curso, apresentações da Corregedoria-Geral, Conselho Superior, defensoras e defensores públicos orientadores, Superintendências, Associação de Classe, das assessorias de Comunicação e Militar da Defensoria de Minas, além de representantes de outras instituições, como Poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil. O curso contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensora-geral Raquel da Costa Dias e o corregedor-geral Galeno Siqueira na abertura do 14º Curso de Orientação



A defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, chefe de Gabinete, durante sua apresentação

MUNDO OFICIAL

Defensora-geral participa de solenidade de 111 anos do Corpo de Bombeiros

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, representou a Instituição na cerimônia de aniversário de 111 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. A solenidade aconteceu na quarta-feira (31/8), na Academia de Bombeiros Militar, no Complexo Pampulha. A cerimônia foi presidida pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Edgard Estevo da Silva.

AÇÕES EM DESTAQUE

Inscrições para o Mutirão ‘Direito a Ter Pai 2022’ da Defensoria Pública vão até o dia 30 com participação recorde

Além de Belo Horizonte, 61 unidades do interior participam da edição deste ano

Quem quiser participar do mutirão de reconhecimento de paternidade/maternidade da DPMG tem até o dia 30 de setembro para se inscrever. Nesta edição, 62 unidades da Defensoria Pública em todo o estado estão oferecendo o serviço que contempla reconhecimento espontâneo e exames de DNA. O número de participação de unidades é recorde. Tudo feito de forma gratuita e amigável.

O Mutirão “Direito a Ter Pai” de 2022 será realizado de forma presencial e simultânea, nas sedes das unidades participantes, no dia 7 de outubro.

No link abaixo, saiba como se inscrever e veja em quais cidades o Mutirão será realizado.

[Leia na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA



Inscrições para o Mutirão “Direito a Ter Pai” da DPMG está repercutindo no estado
Confira nos links abaixo

[TV Globo/Bom Dia Minas](#)

[TV Band Minas – Jornal](#)

[TV Band Minas – Brasil Urgente](#)

[Rádio Itatiaia 1](#)

[Rádio Itatiaia 2](#)

[Estado de Minas](#)

[Hoje em Dia](#)

[O Tempo](#)

[Portal BHAZ](#)

[Araguari – Gazeta do Triângulo](#)

[Barbacena – Rádio 93 FM](#)

[Conselheiro Lafaiete – Correio da Cidade](#)

[Guaxupé – Portal da Cidade](#)

[Ipatinga – Diário do Aço](#)

[Juiz de Fora – TV Integração/Globo](#)

[Lavras – Portal Lavras 24 Horas](#)

[Montes Claros – O Norte](#)

[Poços de Caldas – Portal Alô Poços](#)

[Santos Dumont – Portal 14B](#)

[São João del-Rei – Portal +Vertentes](#)

[Sete Lagoas – Portal Setelagoas.com.br](#)

[Uberaba – TV Integração/Globo](#)

[Uberlândia – TV Integração/Globo](#)

[Varginha – EPTV/Globo](#)

[Viçosa – Folha da Mata](#)

[Curvelo, Janaúba, Janaúria, Montes Claros e Pirapora – g1/Grande Minas](#)

[Caratinga, Gov. Valadares, Ipatinga, Novo Cruzeiro e Teófilo Otoni – g1/Vales de Minas Gerais](#)

[Divinópolis, Pará de Minas, Itaúna, Arcos, Pitangui e Santo Antônio do Monte – g1/Centro-Oeste](#)

[Zona da Mata e Vertentes – Portal AR1 Notícias](#)

[Portal Vertente das Gerais](#)

[Triângulo – Portal Regionalzão](#)

[Veja aqui outros destaques](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG promove audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos em aldeia indígena no Vale do Mucuri

Um grande mutirão, realizado nos dias 20 e 21 de agosto, com a participação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), órgãos da Justiça e a Fundação Nacional do Índio (Funai), possibilitou a realização de 52 audiências de reconhecimento de união estável e guarda de filhos nas aldeias de Água Boa, em Santa Helena de Minas, e Pradinho, em Bertópolis, ambas localizadas no Vale do Mucuri.

A mobilização integrada permitiu a geração de documentos que não faziam parte do cotidiano indígena e, por meio deles, a possibilidade de formalização de uniões estáveis entre casais, condição que permitirá às partes a segurança jurídica em suas relações e o recebimento de pensões do Poder Executivo – prevista na Constituição Federal de 1988 – para o caso de eventual morte de um dos companheiros. O mutirão trouxe benefícios diretos para centenas de indígenas, que também aproveitaram as audiências cíveis para formalizar a guarda de crianças.



A partir da esquerda: o defensor público Ubirajara Chaves de Moura; o juiz e o promotor de Águas Formosas, Matheus Moura Matias Miranda e Felipe Marques Salgado; o juiz cooperador de Jequitinhonha, Luiz Ricardo Alves Tavares; a defensora e o defensor público Isadora Vieira Amorim Santos e Pedro Henrique Fernandes Antunes; e o servidor da DPMG, Pércles Ganem Rodrigues

A iniciativa, focada no atendimento aos Makalalis, um dos povos indígenas mais antigos do País, contou com a participação da defensora pública Isadora Vieira Amorim Santos e dos defensores públicos Ubirajara Chaves de Moura Júnior e Pedro Henrique Fernandes Antunes.

“Os órgãos do Sistema de Justiça local – TJMG, TRE-MG, MPMG, DPMG e PCMG –, em atuação cooperativa e coordenada, identificaram situações de gravidade jurídica, decorrentes da ausência sistemática do Estado, e buscaram facilitar o acesso à justiça. A questão do reconhecimento das uniões estáveis, nesse contexto, surgiu como demanda natural”, comentou a defensora Isadora Vieira.



Atuação da DPMG nas comunidades indígenas – A Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da DPMG, atua com conflitos fundiários por todo Estado, em razão da sua atuação também na vara agrária.

No link abaixo, saiba mais sobre o mutirão nas aldeias e conheça outras atuações na Defensoria em favor de comunidades indígenas.

[Leia na íntegra](#)

Audiência pública na Defensoria de Minas discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

Filhas e filhos de pacientes com hanseníase separados de seus pais e submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais par-

ticiparam de audiência pública promovida pela Defensoria Pública do Estado. O encontro aconteceu na quarta-feira (24/8). Colher as reivindicações dos participantes e identificar como a Defensoria pode atuar para prestar apoio e para buscar uma reparação justa para os afetados foram os principais objetivos da reunião.

A audiência foi conduzida pela defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e tem acompanhado a demanda, e também pelo defensor público Paulo Cesar Azevedo, à frente da Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC).

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Os participantes lotaram o auditório da DPMG

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE

Audiência pública na Defensoria de Minas discute reparação justa para filhos separados de seus pais com hanseníase

continuação >>

Entenda – No início do século XX, Minas Gerais criou quatro colônias para isolamento forçado dos doentes com hanseníase: em Bambuí (Centro-Oeste), Ubá (Zona da Mata), Betim (Região Metropolitana da capital) e Três Corações (Sul de Minas). Muitos dos filhos desses hansenianos foram separados dos pais e sofreram com o preconceito, perda do convívio familiar e até violências em “educandários” públicos, praticadas por servidores do Estado.

Em 2018, a Lei nº 23.137 deu aos filhos dos hansenianos o direito à indenização, condicionado a processo administrativo. Porém, a proposta inicial de uma pensão vitalícia foi alterada para uma inde-

nização em pagamento único, sem estipular valor para reparação. Além disso, foram acrescentadas cláusulas excludentes, como a eliminação do direito à indenização quanto aos filhos que atualmente têm renda superior a quatro salários mínimos.

Em março de 2021, o Governo do Estado iniciou o pagamento das indenizações. De acordo com Donizete Custódio Rodrigues, membro e líder do movimento, cerca de 880 das pessoas cadastradas receberam e 3.450 filhas e filhos não aceitaram o valor proposto. Diversos participantes da audiência relataram suas experiências e violências sofridas com a política de segregação imposta.

[Leia na íntegra](#)



Além da defensora e do defensor público, a mesa da audiência contou com os representantes do Morhan, Donizete Custódio Rodrigues e Eny Carajá Filho, e do assessor parlamentar Rodrigo Ribeiro, representando o deputado estadual Cristiano Silveira



Antes da audiência, participantes mostraram cartazes, expressando suas reivindicações

Relatório final da pesquisa sobre o acolhimento compulsório de bebês é lançado em Belo Horizonte

A defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, assessora institucional de Coordenação Estratégica de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CEDEDICA, participou do lançamento do relatório de pesquisa sobre mulheres usuárias de droga, desenvolvido com o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). O evento ocorreu na quarta-feira (31/8), na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

O relatório, denominado “Condições para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres usuárias de drogas em Belo Horizonte”,

resulta de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022, pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UFMG e com a Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos, além de cooperação técnica com a Defensoria Pública dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível, da DPMG, em Belo Horizonte.

A pesquisa consistiu na análise pormenorizada de processos judiciais instaurados entre 2013 e 2019 que envolveram o acolhimento institucional de bebês direto das maternidades públicas, bem como a escuta das mulheres que viveram esta violência institucional. Uma das conclusões mais importantes é que em menos de 15% dos casos analisados houve fundamentação concreta das decisões acerca das causas legais e dos fatos que justificariam a separação de mãe e bebê.

Durante a sua fala, a defensora pública lembrou o cenário que motivou a pesquisa e que espera que as suas conclusões possam auxiliar aos atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte a olhar com mais cuidado para as famílias em situações de vulnerabilidade.



A defensora pública Daniele Bellettato (3ª da esq. para a dir.) participou no lançamento do estudo na UFMG

[Leia o relatório](#)

ESCOLA SUPERIOR • INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Palestra promovida pela Esdep-MG discute aspectos práticos da ‘PEC da Relevância’. Veja na íntegra no canal da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), promoveu na quarta-feira (31/8), via plataforma Microsoft Teams e transmitida pelo canal da Instituição no YouTube (c/defensoriamineira), a palestra sobre a Proposta de Emenda à Constituição 39/2021, com o tema: “PEC da Relevância: uma perspectiva prática das alterações no Recurso Especial”.

Participaram as defensoras públicas Neusa Guilhermina Lara, coordenadora da Esdep-MG, que fez a apresentação; Adriana Patrícia Campos Pereira, coordenadora do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores, em Brasília; e o de-



defensor público Flávio Wandeck, também do Núcleo e integrante do Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets).

O palestrante foi o mestre em Direito Processual Civil, Fabiano Tesolin, que também é instrutor interno do Centro de Formação e Gestão Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça (CEFOR/STJ), membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e assessor de gabinete do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fabiano fez uma abordagem do tema sob a perspectiva prática das alterações no Recurso Especial, apresentou dados acerca dos processos de 1º julgamento de 2008 a 2021, também discorreu sobre a relevância da questão de direito federal infraconstitucional.

Foram abordadas ainda a função constitucional do STJ, a necessidade de legislação sobre a relevância do direito federal e repercussão geral, assim como as perspectivas de caráter prático no Recurso Especial.

[Acesse o vídeo da palestra na íntegra](#)

COORDENADORIA DE ESTÁGIO E ÁREA CÍVEL/BH

Estagiárias e estagiários da Sede III recebem orientações sobre o SAP

Estagiárias e estagiários de graduação e pós-graduação de Direito receberam, na sexta-feira (2/9), orientações sobre o Serviço de Atendimento Processual (SAP) na área Cível da Sede III da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Belo Horizonte. O objetivo da reunião foi informar sobre os procedimentos deste serviço, prestado às assistidas e assistidos da DPMG. Ao total, 41 estagiárias e estagiários participaram do encontro.

Os procedimentos foram explicados pela coordenadora de Estágio e Serviço Voluntário da DPMG, defensora pública Neusa Guilhermina Lara; pela coordenadora da área Cível da capital,

defensora pública Paula Regina Fonte Boa Pinto; e pela supervisora do atendimento da área Cível, Bruna Melo Silva.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Escola Superior promove 2º encontro do seminário “Autismo”



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio de sua Escola Superior, promove o Seminário “Autismo: Educar para Incluir”. O primeiro encontro, que aconteceu no dia 27 de agosto, se desenrolou acerca da efetivação da educação de qualidade da criança e do adolescente com autismo.

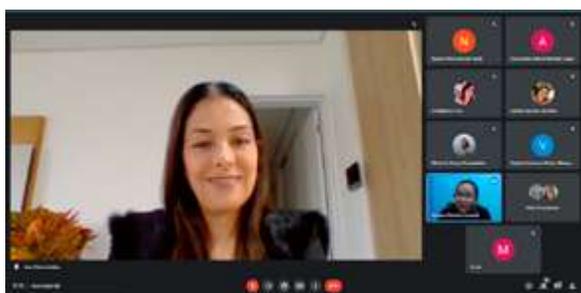
[Veja a matéria e assista o vídeo na íntegra](#)

Os próximos encontros acontecerão no dias 17 de setembro e 1º de outubro de 2022, de 9h às 12h, presencialmente no auditório da sede, em Belo Horizonte, e com transmissão ao vivo pelo Youtube.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública aborda o enfrentamento à violência contra a mulher e dá orientações em palestra na CDL-BH

A defensora pública Ana Flávia Freitas, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência em Belo Horizonte (Nudem-BH), participou na sexta-feira (26/8) do “Construindo saber”, ciclo de palestras realizado pela CDL/BH. Convidada a falar sobre o enfrentamento à violência doméstica, a defensora pública iniciou sua fala sobre a história



e a importância da Lei Maria da Penha. Durante a sua apresentação, Ana Flávia mostrou números da violência contra a mulher e deu orientações sobre o que fazer nesses casos, ressaltando a necessidade de a mulher conhecer e lutar pelos seus direitos.

Segundo a defensora, é oportuno traçar estratégias de acolhimento ao perceber que uma mulher sofre qualquer tipo de violência, apontando a relevância de uma rede de apoio.

Ana Flávia também detalhou como se dá o ciclo de violência. Por último, destacou que a denúncia não deve ser feita apenas quando a agressão deixa marcas no corpo: “Muitas mulheres acham que só devem procurar ajuda quando o corpo dela apresenta marcas; o que, na verdade, é direito da mulher pedir medida protetiva em qualquer violência sofrida”, pontuou.

INSCRIÇÕES

Inscrições para Casamento Comunitário em Pedro Leopoldo e Vespasiano

Casais residentes em **Pedro Leopoldo**, Região Metropolitana de Belo Horizonte, e que sonham se casar, mas não têm condições de arcar com as taxas dos cartórios, podem procurar a unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais **até o dia 9 de setembro**. Serão oferecidas vagas para 30 casais. A cerimônia será realizada no dia 16 de novembro, em local a definir. O evento dá oportunidade aos casais de baixa renda de legalizarem sua situação civil, com isenção de taxas e emolumentos, e realizarem o sonho do grande dia: a cerimônia nupcial.

Endereço na DPMG – Pedro Leopoldo:
Rua Benedito Valadares, nº 188 – 6º andar, Centro.

As inscrições para o Casamento Comunitário em **Vespasiano** estão abertas **até o dia 16 de setembro**. Serão oferecidas vagas para 50 casais. A cerimônia será realizada no dia 22 de outubro, em local a definir. A Defensoria Pública – unidade de Vespasiano e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) se organizaram para receber os interessados em participar.

A DPMG de Vespasiano, localizada na rua Nazinha Conrado Silva, nº517 – Centro, receberá as inscrições do casamento que não sejam conversão em união estável, encaminhando os casais ao Cartório de Registro Civil para a habilitação.

[Veja aqui mais informações](#)

[Aqui, mais informações para Vespasiano](#)



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • I

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Certidões de atividades extraordinárias e plantões deverão ser enviadas por e-mail

Saiba mais sobre o novo procedimento e veja a resolução que regulamenta

Conforme a Resolução nº 1095/2022, publicada no Diário Oficial da DPMG no dia 31/08/2022, a partir de 1º de setembro, o protocolo das certidões de atividades extraordinárias e plantões deve ser feito exclusivamente por e-mail. Após o exercício das atividades extraordinárias, é necessário requerer a expedição da certidão ao órgão responsável até o primeiro dia útil do mês posterior.

[Leia mais](#)

PJe e JPe

Memorando informa canal para apoio e suporte nas demandas relacionadas aos processos judiciais eletrônicos

O Memorando Circular nº 08/2022/DPMG informa que foi destacado um dos funcionários responsáveis pela distribuição dos processos judiciais eletrônicos para atuar em apoio, suporte e como facilitador nas demandas relacionadas ao PJe. Clique no link abaixo para ler o Memorando, conferir as atribuições do funcionário e saber como solicitar seu auxílio.

[Memorando Circular nº 08/2022/DPMG](#)

TJMG publica portaria conjunta que trata das novas classes de petição eletrônico obrigatório

A presidência do TJMG, em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça, alterou a Portaria Conjunta nº 485, de 26 de fevereiro de 2016, que disciplina o peticionamento eletrônico do sistema de Processo Eletrônico da 2ª Instância – JPe, bem como o recebimento eletrônico de recursos e incidentes advindos do sistema de PJe, com as adequações necessárias às disposições da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o novo Código de Processo Civil.

[Portaria Conjunta nº 1381/PR/TJMG/2022](#)

[Portaria Conjunta nº 485/PR/2016](#)

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Belo Horizonte/ Defensoria Cível** – voluntária e temporária nos processos movidos em face do INSS e no acervo processual das Varas Empresariais e de Feitos Tributários, de 12/9/2022 a 11/03/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 5/setembro/2022.

[Resolução nº 1096/2022](#)

- **Barbacena/ Defensoria Cível** – substituição temporária de 22/09/2022 a 25/10/2022, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 5 de setembro de 2022.

[Resolução nº 1098/2022](#)

- **Itajubá/2ª Defensoria Criminal** – cooperação voluntária e temporária de 16/9/2022 a 8/1/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 9 de setembro de 2022.

[Resolução nº 1103/2022](#)

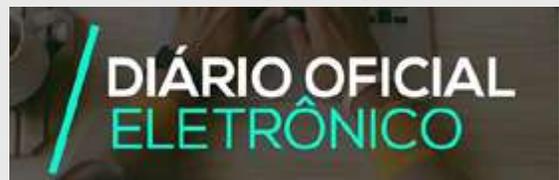
- **Santa Rita do Sapucaí/Defensoria Criminal** – acumulação compartilhada, de 7/9/2022 a 6/3/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 5/setembro/2022.

[Resolução nº 1094/2022](#)

- **Vespasiano/ Defensoria Criminal** – acumulação compartilhada, de 31/10/2022 a 11/12/2022, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 13h do dia 9/setembro/ 2022.

[Resolução nº 1101/2022](#)

Acesse aqui outras publicações



CORREGEDORIA-GERAL

Instrução Normativa nº 018/2022/CGDPMG

Dispõe sobre a necessidade de supervisão direta e permanente das atividades realizadas por servidoras, servidores, estagiárias, estagiários, voluntárias e voluntários.

[Acesse aqui a IN 018/2022/CGDPMG](#)

ESDEP-MG

Sorteio para o XV Conadep

A Esdep-MG vai sortear três inscrições para defensoras públicas e defensores públicos para participação no XV CONADEP – Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, que acontecerá no período de 8 a 11 de novembro, em Goiânia. Interessados a concorrer ao sorteio de uma das vagas devem se inscrever **até as 16 horas do dia 06 de setembro, por meio do e-mail sorteioscapitacao@defensoria.mg.def.br**, informando o nome completo, telefone, cidade e área de atuação. A Esdep irá arcar com o pagamento de diárias e passagem aérea. A divulgação dos sorteados será no dia 8 de setembro.

Sorteio para curso de Libras

A Esdep vai sortear ainda 10 vagas para interessados em participar do curso de Libras – Língua Brasileira de Sinais. Podem participar defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, funcionárias e funcionários. Interessados devem enviar nome completo, telefone e comarca, **até as 12h do dia 5 de setembro de 2022, para o e-mail sorteioscapitacao@defensoria.mg.def.br**. O sorteio acontece na mesma data. O curso tem carga horária de 40 horas, com aulas ao vivo de 19 às 21 horas, por meio da plataforma Teams, nos meses de setembro e outubro.

continua >>

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • II

CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos de Direitos Humanos divulga boletim informativo sobre população em situação de rua

A Câmara de Estudos de Direitos Humanos da Defensoria Pública de Minas Gerais divulgou, em agosto, a 3ª edição do seu Boletim Informativo. A população em situação de rua é o tema da publicação. No boletim são apresentadas a definição da população nessa situação, os instrumentos normativos importantes para esse grupo – como decreto nacional e resoluções –, além de tópicos como as ocupações urbanas, mulheres em situação de rua, acesso a água potável e banheiros públicos, entre outros.

[Clique aqui para acessar](#)



Cards 21 e 22: Entenda o SEI na Defensoria

Sempre às terças e quintas-feiras, *cards* prestam informações e orientações sobre o novo sistema.



Facilidade de acesso

O acesso a processos e documentos é facilitado a partir da busca, podendo-se clicar em qualquer processo ou documento que esteja em qualquer unidade, desde que não haja restrições de acesso.

Quando os processos eram em papel, era necessário um longo tempo para se descobrir onde estava um processo, conseguir que a unidade enviasse o processo e aguardar dias até que o processo chegasse para se consultar o que se desejava.



Documentos internos e externos

No SEI são chamados documentos internos todos aqueles gerados no editor de texto do sistema. Somente os documentos criados no editor de texto do SEI podem ser assinados eletronicamente. As funcionalidades de bloco de assinaturas, adoção de modelos, assinatura por usuários externos só podem ser utilizadas em documentos internos.

Já os documentos externos são as cópias digitais de documentos físicos juntadas ao processo eletrônico e os documentos nato digitais gerados em outros sistemas e recebidos em meio eletrônico.



São exemplos de documentos externos os que estejam em formato em PDF com tamanho máximo de 10 MB. Outros formatos podem ser configurados no sistema de acordo com a necessidade de cada unidade.



DEFENSORIA PÚBLICA
DE MINAS GERAIS